

Prefeituras estimam receitas de R\$20,2 bi em LOAs para 2025

Prefeituras estimam receitas de R\$ 20,2 bi em LOAs para 2025

Montante previsto nos sete orçamentos é 0,5% inferior, em termos nominais, ao proposto para este exercício; queda real é de 5%

ANDERSON AMARAL
ander@nominaral@iglobo.com.br

Os prefeitos eleitos e reeleitos no Grande ABC contataram com previsões orçamentárias mais "contidas" em 2025. As sete prefeituras projetam obter receitas totais de R\$ 20,2 bilhões no próximo ano, montante 0,5% inferior em termos nominais (sem levar em conta a inflação do período) ao projetado nos orçamentos vigentes (R\$ 20,3 bilhões). Considerando a variação apontada pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), que mede a inflação oficial do País, entre novembro de 2024 e outubro deste ano, o recuo nas estimativas é ainda maior, de 5%.

A projeção tem como base os projetos de LOA (Lei Orçamentária Anual) enviados pelos Executivos às Câmaras e consideram tanto a administração direta como indireta (autarquias e fundações, entre outros). Dos sete Legislativos municipais, cinco já apro-

varam as peças para o próximo exercício (Santo André, São Caetano, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra). Em São Bernardo e Diadema, os orçamentos devem ser votados ainda esta semana – os regimentos internos e as LOAs (Leis Organicas Municipais) impedem os vereadores de entrar em recesso se não votarem a LOA.

As projeções indicam aumento nominal na projeção de receitas em cinco das sete cidades. A maior variação, de 10,2%, foi apurada em Diadema (veja quadro), onde a previsão saltou de R\$ 2,7 bilhões para quase R\$ 3 bilhões. Durante audiência pública realizada no fim de novembro, o secretário de Finanças, Francisco Fúncia, atribuiu o incremento à chegada projetada na cidade de recursos federais e estaduais para projetos nas áreas de Educação (Quadrante da Educação) e Saúde (Hospital Municipal).

No sentido contrário, o orçamento de Santo André pro-



ORÇAMENTOS DAS SETE PREFEITURAS DO GRANDE ABC PARA 2025

	Orçamento total			Saúde (R\$ bi)	Educação (R\$ bi)	Receita arrecadada 2023 (R\$ bi)
	2025 (R\$ bi)	2024 (R\$ bi)	Variação (%)			
Santo André	5.215	5.589	-6,7	0.973	0.935	3.902
São Bernardo	6.724	7.009	-4,1	1.328	1.359	5.951
São Caetano	2.600	2.435	6,8	0.485	0.562	2.214
Diadema	2.972	2.697	10,2	0.806	0.564	1.707
Mauá	1.916	1.856	3,2	0.340	0.515	1.523
Ribeirão Pires	0.979	0.929	5,5	0.173	0.135	0.552
Rio Grande da Serra	0.192	0.182	5,5	0.041	0.045	0.144
GRANDE ABC	20.198	20.297	-0,5	4.146	4.165	15.973

Fonte: LOAs em Dependência Anual

Atualizado: outubro de 2024

jeita redução nominal de 6,7% nas receitas, de R\$ 5,6 bilhões neste ano para R\$ 5,2 bilhões em 2025. Durante audiência pública realizada também no fim de novembro, o secretário de Finanças, Pedro Henrique Seno, disse que a arrecadação projetada de Fonte 1 (Tesouro) cresceu 2%, mas reconheceu que as previsões de recursos externos, a chamada Fonte 2 – que a Prefeitura não controla –, não têm se concretizado nos últimos anos, daí a decisão de fazer

uma estimativa mais "contida e racional" nessa rubrica. "Se a gente tiver uma surpresa positiva ao longo do ano, publica um decreto de suplementação por excesso de arrecadação", explicou. "O orçamento é uma peça de projeção. A partir da receita prevista, você monta o planejamento de despesas, que vai depender da receita realizada ao longo do tempo. Em Santo André, especialmente, tem-se a impressão de que a Prefeitura optou por fazer

uma projeção mais realista", comentou Sandro Maskio, professor de Economia da Strong Business School, que possui unidade em Santo André. "A LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal) é clara na metodologia para previsão de receitas próprias, estabelecendo a observância dos critérios técnicos e legais, como a variação do índice de preços, do PIB (Produto Interno Bruto), que mede o crescimento econômico) e eventuais alterações na legislação. Sendo

assim, variações (nas projeções) podem estar relacionadas à maior ou menor necessidade de realização de operações de crédito para financiar investimentos ou a variações no valor das transferências da União e dos Estados", explicou Moisés Paes dos Santos, também professor de Economia da Strong.

Em cinco cidades, os recursos serão geridos por prefeitos que assumirão seus mandatos em 1º de janeiro: Gilvan Junior (PSDB, Santo André), Marcelo Lima (Podemos, São Bernardo), Tite Campanella (PL, São Caetano), Taka Yamatachi (MDB) e Akira Auriani (PSB, Rio Grande da Serra), que herdarão orçamentos elaborados por seus antecessores. Apenas em Mauá e Ribeirão Pires, onde Marcelo Oliveira (PT) e Guto Volpi (PL), respectivamente, foram reeleitos, os prefeitos poderão administrar LOAs preparadas por suas próprias equipes de finanças.

Veículo: Impreso -> Jornal -> Jornal Diário do Grande ABC